



**Câmara Municipal de Mococa**  
Estado de São Paulo

Fls. n.º 2  
Proc. 834/98

Fls. 1- CÂMARA MUNICIPAL — MOCOCA — PROTOCOLO		
Numero	Data	Rubrica
2.066	26/10/98	<i>[Signature]</i>

PROJETO DE LEI Nº. 111 DE \_\_\_\_\_ DE 1998.

**DESPACHO**

A(s) Comissões Justiça

Finanças e Educação

Sala das Comissões 26/10/98

[Signature]  
CIDO ESPANHA  
PRESIDENTE

Dispõe sobre a cassação de mandato de Prefeito e Vice-Prefeito.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Mococa, em Sessão realizada no dia \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 1.998, aprovou Projeto de Lei nº. \_\_\_\_/98, de autoria da Mesa da Câmara, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. - O Prefeito e o Vice-Prefeito serão processados e julgados:

I- pelo Tribunal de Justiça do Estado nos crimes comuns e nos de responsabilidade, nos termos da legislação aplicável; (Art. 29, X CF)

II- pela Câmara Municipal nas infrações político-administrativas, nos termos desta Lei, assegurados, dentre outros requisitos de validade, o contraditório, a publicidade, a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes e a decisão motivada que se limitará a decretar a cassação do mandato

Art. 2º. - São infrações político-administrativas do Prefeito e Vice-Prefeito, sujeitos ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e cominadas com a cassação do mandato:

I - deixar de apresentar declarações públicas dos bens, nos termos do art. 52, da Lei Orgânica Municipal;

II- impedir o livre e regular funcionamento da Câmara Municipal;

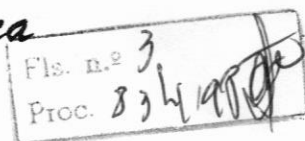
**APROVADO**  
Em 16 Discussão por VU  
Sessão 16 de 11 de 1998  
[Signature]  
CIDO ESPANHA  
Presidente

**APROVADO**  
Em 20 Discussão por 7 A b  
Sessão 16 de 11 de 1998  
[Signature]  
CIDO ESPANHA  
Presidente



## *Câmara Municipal de Mococa*

*Estado de São Paulo*



III- impedir o exame de livros e outros documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura, bem como a verificação de obras e serviços por Comissão de Investigação da Câmara, ou auditoria regularmente constituída;

IV- desatender, sem motivo justo, no prazo legal, os pedidos de informações da Câmara Municipal, quando formulados de modo regular.

V- retardar a regulamentação e a publicação ou deixar de publicar leis e atos sujeitos a essas formalidades;

VI- deixar de enviar à Câmara Municipal, no tempo devido, os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e aos orçamentos anuais e outros cujos prazos estejam fixados em lei;

VII- descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro;

VIII- praticar atos contra expressa disposição de lei ou omitir-se na prática daqueles de sua competência;

IX- omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município, sujeitos à administração da Prefeitura;

X- ausentar-se do município, por tempo superior ao permitido pela Lei Orgânica, salvo licença da Câmara Municipal;

XI- proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo;

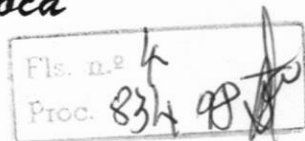
XII- não entregar os duodécimos à Câmara Municipal, conforme previsto em lei complementar.

Parágrafo Único - Sobre o substituto do Prefeito, incidem as infrações político-administrativas de que trata este



## *Câmara Municipal de Mococa*

Estado de São Paulo



artigo, sendo-lhe aplicável o processo pertinente, ainda que cessada a substituição.

Art. 3º. - Nas hipóteses previstas no artigo anterior, o processo de cassação obedecerá o seguinte rito:

I - a denúncia escrita, contendo a exposição dos fatos e a indicação das provas, será dirigida ao Presidente da Câmara e poderá ser apresentada por qualquer cidadão, Vereador local, partido político com representação na Câmara ou entidade legitimamente constituída há mais de 1 (um) ano no município;

II - se o denunciante for Vereador, não poderá participar, sob pena de nulidade, da liberação plenária sobre o recebimento da denúncia e sobre o afastamento do denunciado, da Comissão Processante, dos atos processuais e do julgamento do acusado, caso em que o Vereador impedido será substituído pelo respectivo Suplente, o qual não poderá integrar a Comissão Processante;

III - se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a Presidência a seu substituto legal, para os atos do processo e somente voltará se necessário para completar o quorum do julgamento;

IV - de posse da denúncia, o Presidente da Câmara ou seu substituto, determinará sua leitura na primeira Sessão Ordinária, consultando o Plenário sobre o seu recebimento;

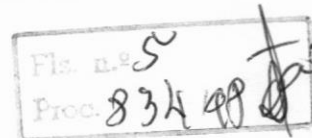
V - decidido o recebimento da denúncia pela maioria absoluta dos membros da Câmara, na mesma sessão será constituída a Comissão Processante integrada por 3 (três) Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator.

VI - havendo apenas 3 (três) ou menos Vereadores desimpedidos, os que encontram-se nessa situação comporão a Comissão Processante, preenchendo-se quando for o caso, as demais vagas através de sorteio entre os Vereadores que inicialmente encontravam-se impedidos;



## *Câmara Municipal de Mococa*

Estado de São Paulo



VII - a Câmara Municipal poderá afastar o Prefeito denunciado, quando a denúncia for recebida nos termos deste artigo;

VIII - entregue o processo ao Presidente da Comissão seguir-se-á o seguinte procedimento:

a) dentro de 5 (cinco) dias, o Presidente dará início aos trabalhos da Comissão;

b) como primeiro ato, o presidente determinará a notificação pessoal do denunciado, mediante remessa de cópia da denúncia e dos documentos que a instruem;

c) a notificação será feita pessoalmente ao denunciado, se ele se encontrar no Município e, se estiver ausente do Município, a notificação far-se-á por edital publicado em jornais do município;

d) uma vez notificado, pessoalmente ou por edital, o denunciado terá direito de apresentar defesa prévia por escrito no prazo de 10 (dez) dias indicando as provas que pretende produzir e o rol de testemunhas que deseja sejam ouvidas no processo, até o máximo de 03 (três);

e) decorrido o prazo de 10 (dez) dias, com defesa prévia ou sem ela, a Comissão Processante emitirá parecer dentro de 5 (cinco) dias, opinando pelo prosseguimento ou pelo arquivamento da denúncia;

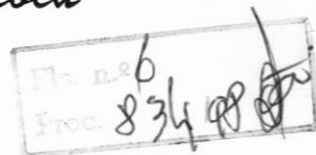
f) se o parecer opinar pelo arquivamento, será submetido a Plenário que, pela maioria dos presentes poderá aprová-lo, caso em que será arquivado, ou rejeitá-lo hipótese em que o processo terá prosseguimento;

g) se a Comissão opinar pelo prosseguimento do processo ou se o Plenário não aprovar seu parecer de arquivamento, o Presidente da Comissão dará início à instrução do processo determinando os atos, diligências e audiências que se fizerem necessárias para o depoimento e inquirição das testemunhas arroladas;



## *Câmara Municipal de Mococa*

Estado de São Paulo



h) o denunciado deverá ser intimado de todos os atos processuais, pessoalmente ou na pessoa de seu procurador, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sendo-lhe permitido assistir às diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesses da defesa, sob pena de nulidade do processo.

IX - concluída a instrução do processo, será aberta vista do processo ao denunciado, para apresentar razões escritas no prazo de 5 (cinco) dias, vencido o qual, com ou sem razões do denunciado, a Comissão Processante emitirá parecer final, opinando pela procedência ou improcedência da acusação e solicitará ao Presidente da Câmara a convocação de sessão para julgamento;

X - na sessão de julgamento, que só poderá ser aberta com a presença de, no mínimo 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, o processo será lido integralmente pelo Relator da Comissão Processante e, a seguir, os Vereadores que o desejarem poderão manifestar-se verbalmente pelo tempo máximo de 15 (quinze) minutos cada um e, ao final, o acusado ou seu procurador disporá de 2 (duas) horas para produzir sua defesa oral;

XI - concluída a defesa proceder-se-á a tantas votações nominais quantas forem as infrações articuladas na denúncia, considerando-se afastado definitivamente do cargo, o denunciado que for declarado incurso em qualquer das infrações especificadas na denúncia, pelo voto de 2/3 (dois terços), no mínimo, dos membros da Câmara;

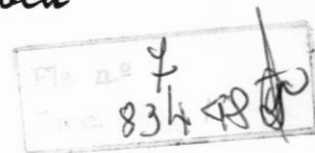
XII - concluído o julgamento, o Presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar a ata na qual se consignará a votação nominal sobre cada infração;

XIII - havendo condenação, a Mesa da Câmara expedirá o competente Decreto Legislativo de cassação de mandato, que será publicado na imprensa local e, no caso de resultado absolutório o presidente da Câmara determinará o arquivamento do processo, devendo, em ambos os casos, comunicar o resultado à Justiça Eleitoral.



# *Câmara Municipal de Mococa*

Estado de São Paulo

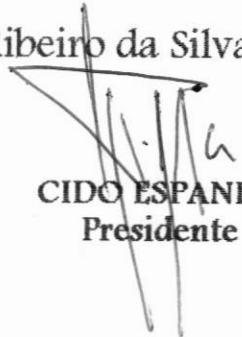


Art. 4º. - O processo a que se refere o artigo anterior, sob pena de arquivamento, deverá estar concluído dentro de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento da denúncia.

Parágrafo Único - O arquivamento do processo por falta de conclusão no prazo previsto neste artigo, não impede nova denúncia sobre os mesmos fatos nem a apuração de contravenções ou crimes comuns.

Art. 5º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em Contrário.

Plenário Venerando Ribeiro da Silva, 26 de Outubro de 1998.



CIDO ESPANHA  
Presidente



JOSÉ POMPEO CORRADI  
2º. Secretário



LUIZ BRAZ MARIANO  
2º. Secretário

PROCESSO Nº.834/98

- PROJETO DE LEI Nº.111/98

Recebimento para estudo e parecer em 24 / 10 / 98  
com o prazo de 15 dias  
vencível em 10 / 11 / 98  
Sala das Comissões Permanentes  
da Câmara Municipal de Itococa.  
Paulo Benini  
Presidente  
Comissão de Justiça

Designo Relator a Comissão Mista o Vereador  
Herberto Goulb  
com prazo de 4 dias vencível em 3 / 11 / 98  
Sala das Comissões  
Paulo Benini  
Presidente

ADIAMENTO DE DISCUSSÃO  
Do Vereador Italo M. Junes  
Adiamento 1 Sessão  
9 / 11 / 98  
Paulo Benini  
Presidente



## Câmara Municipal de Mococa

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

**REFERÊNCIA** :- PROJETO DE LEI Nº.111/98

**INTERESSADO** :- MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA


**RELATOR** :- NORBERTO GARIB

**ASSUNTO** :- Dispõe sobre a cassação de mandato de Prefeito e Vice-Prefeito

Como relator da matéria acima epigrafada, e dentro das atribuições desta Comissão, após estudos da mesma, a propositura tem plena procedência quanto ao aspecto Constitucional, Legal e Regimental, e estando meritoriamente embasada, resolvo acolhê-la da forma como está redigida, exarando parecer FAVORÁVEL, à sua aprovação.


Esse é o nosso parecer s.m.j.

Sala das Comissões, 10 de Novembro de 1.998.

  
\_\_\_\_\_  
**Relator**  
Norberto Garib

**APROVADO O PARECER DO RELATOR DE FAVORÁVEL AO PROJETO**

Sala das Comissões, 11 de Novembro de 1998.

  
\_\_\_\_\_  
Ronaldo Corraini

  
\_\_\_\_\_  
Marcia Rotta



# Câmara Municipal de Mococa

## Protocolo

CÂMARA MUNICIPAL — MOCOCA —		
PROTOCOLO		
Numero	Data	Assinatura
2.206	16/11/98	[Assinatura]

## Despacho

**A P R O V A D O**  
Sala das Sessões 16/11/98  
[Assinatura]  
CIDO ESPANHA  
Presidente

## REQUERIMENTO

Exmo. Sr. Presidente:

## Ementa

Requer convocação de  
Sessão Extraordinária para  
aprovação de matéria que  
especifica.

Os Vereadores que o presente subscrevem, após a manifestação do Nobre Plenário, tendo em vista a urgência da matéria, requerem a realização de uma Sessão Extraordinária, logo após a realização da presente Sessão, para deliberar sobre as seguintes proposituras:

PROJETO DE LEI Nº.111/98 - Dispõe sobre a cassação de mandato de Prefeito e Vice Prefeito

Plenário Venerando Ribeiro da Silva, 16 de Novembro de 1.998

JOSE FRANCISCO RIBEIRO

[Assinaturas]



*Câmara Municipal de Mococa*

*Estado de São Paulo*

||||

Mococa, 17 de Novembro de 1.998.

Of. nº. 890/98-CM.

Senhor Prefeito,

Anexo ao presente, para as devidas providências, segue cópia do expediente, aprovado por esta Casa, em Sessão realizada no dia 16 de Novembro último.

Autógrafo nº. 092/98 - Projeto de Lei nº. 109/98.

(de autoria do Vereador Fernando Scovini)

Autógrafo nº. 093/98 - Projeto de Lei nº. 110/98.

(de autoria do Vereador José Francisco Ribeiro)


Autógrafo nº. 094/98 - Projeto de Lei nº. 111/98.

(de autoria da Mesa da Câmara)

Ao ensejo, apresentamos protestos de elevada estima e distinta consideração.

DC

Atenciosamente

  
CIDO ESPANHA  
Presidente

Exmo. Sr.  
Dr. Walter de Souza Xavier  
DD. Prefeito Municipal  
Mococa



# *Câmara Municipal de Mococa*

*Estado de São Paulo*

## **AUTÓGRAFO Nº. 094 DE 1.998.**

Projeto de Lei nº. 111/98.

Dispõe sobre a cassação de mandato de Prefeito e Vice-Prefeito.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Mococa, em Sessão realizada no dia 16 de Novembro de 1.998, aprovou Projeto de Lei nº. 111/98, de autoria da Mesa da Câmara, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. - O Prefeito e o Vice-Prefeito serão processados e julgados:

I- pelo Tribunal de Justiça do Estado nos crimes comuns e nos de responsabilidade, nos termos da legislação aplicável; (Art. 29, X CF)

II- pela Câmara Municipal nas infrações político-administrativas, nos termos desta Lei, assegurados, dentre outros requisitos de validade, o contraditório, a publicidade, a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes e a decisão motivada que se limitará a decretar a cassação do mandato

Art. 2º. - São infrações político-administrativas do Prefeito e Vice-Prefeito, sujeitos ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e cominadas com a cassação do mandato:

I - deixar de apresentar declarações públicas dos bens, nos termos do art. 52, da Lei Orgânica Municipal;

II- impedir o livre e regular funcionamento da Câmara Municipal;



## *Câmara Municipal de Mococa*

*Estado de São Paulo*

Fls - 2 -

### AUTÓGRAFO Nº. 094 DE 1.998.

Projeto de Lei nº. 111/98.

III - impedir o exame de livros e outros documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura, bem como a verificação de obras e serviços por Comissão de Investigação da Câmara, ou auditoria regularmente constituída;

IV - desatender, sem motivo justo, no prazo legal, os pedidos de informações da Câmara Municipal, quando formulados de modo regular.

V - retardar a regulamentação e a publicação ou deixar de publicar leis e atos sujeitos a essas formalidades;

VI - deixar de enviar à Câmara Municipal, no tempo devido, os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e aos orçamentos anuais e outros cujos prazos estejam fixados em lei;

VII - descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro;

VIII - praticar atos contra expressa disposição de lei ou omitir-se na prática daqueles de sua competência;

IX - omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município, sujeitos à administração da Prefeitura;

X - ausentar-se do município, por tempo superior ao permitido pela Lei Orgânica, salvo licença da Câmara Municipal;

XI - proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo;

XII - não entregar os duodécimos à Câmara Municipal, conforme previsto em lei complementar.



## *Câmara Municipal de Mococa*

*Estado de São Paulo*

Fls - 3 -

### AUTÓGRAFO Nº. 094 DE 1.998.

Projeto de Lei nº. 111/98.

Parágrafo Único - Sobre o substituto do Prefeito, incidem as infrações político-administrativas de que trata este artigo, sendo-lhe aplicável o processo pertinente, ainda que cessada a substituição.

Art. 3º. - Nas hipóteses previstas no artigo anterior, o processo de cassação obedecerá o seguinte rito:

I - a denúncia escrita, contendo a exposição dos fatos e a indicação das provas, será dirigida ao Presidente da Câmara e poderá ser apresentada por qualquer cidadão, Vereador local, partido político com representação na Câmara ou entidade legitimamente constituída há mais de 1 (um) ano no município;

II - se o denunciante for Vereador, não poderá participar, sob pena de nulidade, da liberação plenária sobre o recebimento da denúncia e sobre o afastamento do denunciado, da Comissão Processante, dos atos processuais e do julgamento do acusado, caso em que o Vereador impedido será substituído pelo respectivo Suplente, o qual não poderá integrar a Comissão Processante;

III - se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a Presidência a seu substituto legal, para os atos do processo e somente voltará se necessário para completar o quorum do julgamento;

IV - de posse da denúncia, o Presidente da Câmara ou seu substituto, determinará sua leitura na primeira Sessão Ordinária, consultando o Plenário sobre o seu recebimento;

V - decidido o recebimento da denúncia pela maioria absoluta dos membros da Câmara, na mesma sessão será constituída a Comissão Processante integrada por 3 (três) Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator.



# *Câmara Municipal de Mococa*

*Estado de São Paulo*

Fls - 4 -

## AUTÓGRAFO Nº. 094 DE 1.998.

Projeto de Lei nº. 111/98.

VI - havendo apenas 3 (três) ou menos Vereadores desimpedidos, os que encontram-se nessa situação comporão a Comissão Processante, preenchendo-se quando for o caso, as demais vagas através de sorteio entre os Vereadores que inicialmente encontravam-se impedidos;

VII - a Câmara Municipal poderá afastar o Prefeito denunciado, quando a denúncia for recebida nos termos deste artigo;

VIII - entregue o processo ao Presidente da Comissão seguir-se-á o seguinte procedimento:

a) dentro de 5 (cinco) dias, o Presidente dará início aos trabalhos da Comissão;

b) como primeiro ato, o presidente determinará a notificação pessoal do denunciado, mediante remessa de cópia da denúncia e dos documentos que a instruem;

c) a notificação será feita pessoalmente ao denunciado, se ele se encontrar no Município e, se estiver ausente do Município, a notificação far-se-á por edital publicado em jornais do município;

d) uma vez notificado, pessoalmente ou por edital, o denunciado terá direito de apresentar defesa prévia por escrito no prazo de 10 (dez) dias indicando as provas que pretende produzir e o rol de testemunhas que deseja sejam ouvidas no processo, até o máximo de 03 (três);

e) decorrido o prazo de 10 (dez) dias, com defesa prévia ou sem ela, a Comissão Processante emitirá parecer dentro de 5 (cinco) dias, opinando pelo prosseguimento ou pelo arquivamento da denúncia;



## *Câmara Municipal de Mococa*

*Estado de São Paulo*

Fls - 5 -

### AUTÓGRAFO Nº. 094 DE 1.998.

Projeto de Lei nº. 111/98.

f) se o parecer opinar pelo arquivamento, será submetido a Plenário que, pela maioria dos presentes poderá aprová-lo, caso em que será arquivado, ou rejeitá-lo hipótese em que o processo terá prosseguimento;

g) se a Comissão opinar pelo prosseguimento do processo ou se o Plenário não aprovar seu parecer de arquivamento, o Presidente da Comissão dará início à instrução do processo determinando os atos, diligências e audiências que se fizerem necessárias para o depoimento e inquirição das testemunhas arroladas;

h) o denunciado deverá ser intimado de todos os atos processuais, pessoalmente ou na pessoa de seu procurador, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sendo-lhe permitido assistir às diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesses da defesa, sob pena de nulidade do processo.

IX - concluída a instrução do processo, será aberta vista do processo ao denunciado, para apresentar razões escritas no prazo de 5 (cinco) dias, vencido o qual, com ou sem razões do denunciado, a Comissão Processante emitirá parecer final, opinando pela procedência ou improcedência da acusação e solicitará ao Presidente da Câmara a convocação de sessão para julgamento;

X - na sessão de julgamento, que só poderá ser aberta com a presença de, no mínimo 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, o processo será lido integralmente pelo Relator da Comissão Processante e, a seguir, os Vereadores que o desejarem poderão manifestar-se verbalmente pelo tempo máximo de 15 (quinze) minutos cada um e, ao final, o acusado ou seu procurador disporá de 2 (duas) horas para produzir sua defesa oral;



# *Câmara Municipal de Mococa*

*Estado de São Paulo*

Fls - 6 -

## AUTÓGRAFO Nº. 094 DE 1.998.

Projeto de Lei nº. 111/98.

XI - concluída a defesa proceder-se-á a tantas votações nominais quantas forem as infrações articuladas na denúncia, considerando-se afastado definitivamente do cargo, o denunciado que for declarado incurso em qualquer das infrações especificadas na denúncia, pelo voto de 2/3 (dois terços), no mínimo, dos membros da Câmara;

XII - concluído o julgamento, o Presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar a ata na qual se consignará a votação nominal sobre cada infração;

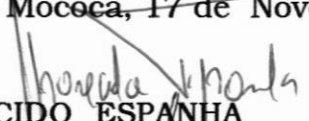
XIII - havendo condenação, a Mesa da Câmara expedirá o competente Decreto Legislativo de cassação de mandato, que será publicado na imprensa local e, no caso de resultado absolutório o presidente da Câmara determinará o arquivamento do processo, devendo, em ambos os casos, comunicar o resultado à Justiça Eleitoral.


Art. 4º. - O processo a que se refere o artigo anterior, sob pena de arquivamento, deverá estar concluído dentro de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento da denúncia.

Parágrafo Único - O arquivamento do processo por falta de conclusão no prazo previsto neste artigo, não impede nova denúncia sobre os mesmos fatos nem a apuração de contravenções ou crimes comuns.

Art. 5º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em Contrário.

Câmara Municipal de Mococa, 17 de Novembro de 1.998.

  
CIDO ESPANHA  
Presidente

  
LUIZ BRAZ MARIANO  
2º. Secretário